



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Geral

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Gestor responsável: Wanzete Kruger

Exercício: 2023

1. Introdução

A Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Unidade Central de Controle Interno) elaborou o Plano de Ação do Controle Interno – PACI para o exercício de 2023 (Processo PMDM nº 8837/2022), bem como elaborou e publicou o Plano Anual de Auditoria – PAAI (Processo PMDM nº 8883/2022) para o mesmo exercício, disponibilizando o planejamento dos procedimentos de auditoria e controle a serem executados no período referenciado, bem como a normatização operacional que seria empregada como balizador das atividades propostas. Ressalta-se que ambos foram tempestivamente publicados no Portal da Transparência do Município de Domingos Martins.

As auditorias programadas para o ano de 2023, expostas no Plano supramencionado, pretendiam avaliar o funcionamento e a regularidade de alguns Sistemas Administrativos, selecionados conforme aspectos de materialidade, relevância e vulnerabilidade, por meio da elaboração da Matriz de Riscos, utilizando também os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de Avaliação dos Serviços Prestados, bem como as práticas diárias do Controle Interno.

Toda a atuação da Unidade de Controle foi regida pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, e especialmente, pelos princípios da segregação de funções e da preservação da independência.

Especificamente para a Unidade Prefeitura Municipal, foram avaliados os pontos de controle abordados no RELUCI – Gestão da Prefeitura, por meio de avaliação de documentos específicos, tais como, demonstrativos, anexos e relatórios contábeis, e de pessoal. Além destes pontos, outras temáticas foram analisadas através de auditorias, inspeções, recomendações, relatórios, entre outras, todas atividades previstas no PAAI 2023.

Além das Auditorias e Fiscalizações, o Controle Interno atuou também, através de ações preventivas e corretivas, frente às falhas detectadas, informando aos setores a importância de submeter-se às normas vigentes.

O PAAI 2023 como instrumento de planejamento para a atuação do Controle Interno não esgotou as atividades desenvolvidas pelo mesmo, dado que diversas realidades supervenientes exigiram atenção da Controladoria, de forma a promover retificações no referido Plano e a adequação dos trabalhos. Os critérios analisados estão dispostos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Temáticas avaliadas pelo Controle Interno de Domingos Martins no exercício de 2023.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
3.1	Funcionalidades do Portal da Transparência de Domingos Martins.	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico;	- Lei Federal nº 12.527/2011; - LRF. Lei da Transparência nº 131/2009; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021.	- Verificar a funcionalidade e adequação do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, quanto aos aspectos avaliados pelo TCEES; - Divulgação obrigatória das informações previstas em lei;	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico
3.2	Ouvidoria Municipal.	- Site Oficial da Prefeitura Municipal de Domingos Martins; - Registros de manifestações na Ouvidoria física; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Lei Federal nº 12.527/2011 - LRF; - Lei da Transparência nº 131/2009; - Lei Federal nº 13.460/2017, participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.	Avaliar o efetivo funcionamento da Ouvidoria Municipal, física e eletrônica.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente existentes na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente e eletronicamente na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.
3.3	Duração dos contratos administrativos	- Contrato administrativos	- Lei nº 8.666/1993, art. 57; - CF 1988.	Recomendação quanto à observância ao conteúdo abordado no artigo 57 da Lei Federal 8.666/1993, sobre a duração dos	- Contrato administrativos	- Contrato administrativos

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
				contratos administrativos na Administração Pública.		
3.4	Cessão de estagiários e servidores comissionados.	- Termo de cessão de servidores. - Parecer Consulta TCEES nº 004/2023.	- Constituição Federal de 1988; - Parecer Consulta TCEES nº 004/2023.	Manifestação quanto à necessidade de se estabelecer termo formal para a cessão de servidores efetivos, bem como a avaliação das existentes, no que concerne, a obediência aos aspectos legais, em especial, a cessão de estagiários e de cargos comissionados.	- Termo de cessão de servidores.	- Termo de cessão de servidores.
3.5	Controle Patrimonial	- Inventário Anual; - Demonstrativos contábeis	- Constituição Federal de 1988; - Lei n.º 4.320/64, art 96; - Instrução Normativa nº 68/2020 TCEES.	Manifestação quanto à realização de inventário dos bens móveis e imóveis, com periodicidade anual, através de levantamento junto às Secretarias da Prefeitura de Domingos Martins.	- Levantamentos anuais de bens.	- Levantamentos anuais de bens.
3.6	Divulgação da média da pesquisa de preço nos processos licitatórios.	- Processos licitatórios.	- Lei Federal nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos;	Manifestação quanto à observância aos princípios da Eficiência e Economicidade no tocante à publicação da Média dos Preços estabelecida como referência para as aquisições realizadas pela Prefeitura de Domingos Martins, por meio de Licitações.	- Processos licitatórios; - Pesquisa de Preços;	- Processos licitatórios; - Pesquisa de Preços;
3.7	Sobre a realização de Despesa sem prévio empenho.	- Listagem de empenhos, liquidações e pagamentos; - Processos de pagamento, devidamente instruídos.	- Lei Federal nº 4.320/1964	Averiguar a realização de despesa sem prévio empenho pela Prefeitura de Domingos Martins.	- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.	- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.
3.8	Registro e controle da frequência dos servidores municipais da Prefeitura de	- Registros de frequência das secretarias; - Relatórios de Ponto manuais e	- Instrução Normativa;	Avaliar os atos administrativos realizados pelas Secretarias no	- Registros de frequência dos servidores;	- Registros de frequência dos servidores do mês de agosto e setembro 2022;

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
	Domingos Martins	eletrônicos.		controle e registro da frequência dos servidores municipais no período de Agosto e Setembro de 2022, com o intuito de verificar os procedimentos utilizados e sua adequabilidade com as legislações pertinentes.		
3.9	Contratação de combustíveis e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal de Domingos Martins	- Processo licitatório; - Mapas diários de veículos; - Relatórios de abastecimento.	- Lei nº 8666/93;	- verificar as ações e procedimentos adotados pelas Secretarias Municipais após a auditoria realizada em 2019, com o objetivo de avaliar a conformidade e a eficiência do Município de Domingos Martins no que concerne aos mecanismos de contratação, fiscalização e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal, diante das recomendações emitidas em relatório.	Processos licitatórios de combustível.	Setembro 2022
3.10	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.	- Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Avaliar a conformidade dos pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.	- Amostra selecionada conforme especificado no RELUCI.
3.11	Atualização e de Normas.	- Instruções Normativas existentes que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos.	- Resolução TCE-ES nº 227/2011.	Atualizar Instruções Normativas existentes, bem como Elaborar novas Instruções Normativas para regulamentar os procedimentos firmados no âmbito da Prefeitura de Domingos Martins ainda carentes de estruturação formal.	- Instruções Normativas existentes nos diversos sistemas da Prefeitura, que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos	- Instruções Normativas existentes nos diversos sistemas da Prefeitura, que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
					internos, nos diversos Sistemas.	internos, nos diversos Sistemas.
3.12	Aprimoramento da gestão pública e fortalecimento do combate à corrupção, observando três critérios: Transparência, Integridade e Participação, através da adesão ao PROGRAMA TIME BRASIL , da Controladoria Geral da União.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social.	- Constituição Federal; - Lei Federal nº 12.527/2011; - Lei Complementar nº 131/2009; - Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021; - Decreto Normativo Municipal nº 3392/2019.	Elaborar Plano de Ação com metas a serem cumpridas pelo município para avanços na gestão pública nos eixos transparência, integridade e participação.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social, abrangidos pelo Plano de Ação do Programa Time Brasil.	Procedimentos internos, normas, documentos e publicidade das informações referentes a Transparência, Integridade e Participação Social, abrangidos pelo Plano de Ação do Programa Time Brasil.
3.13	Avaliação periódica dos Serviços Públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	- Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Avaliar os serviços prestados no âmbito da Administração Pública Municipal, averiguando a qualidade do mesmo e a satisfação do usuário.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins, exercício 2023.
3.14	Elaboração do Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2024, incluindo Prefeitura e Fundo de Saúde.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.	- Resolução TCE-ES nº 227/2011; - Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.	Elaborar o Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2024, com base nas informações obtidas da Matriz de Risco, dos instrumentos legais, das rotinas da Prefeitura e da sociedade.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
3.15	Cumprimento das recomendações do TCE-ES acerca da Auditoria de Receitas Tributárias, realizada em 2017.	- Plano de Ação da Prefeitura elaborado pelo setor de tributação, ante a Auditoria das Receitas Tributárias municipais realizada pelo TCE-ES no município de Domingos Martins.	- Lei Orgânica do Tribunal – Lei Complementar nº 621/2012; - Regimento Interno do TCE-ES – Resolução nº 261/2013.	- Acompanhamento da implantação das recomendações realizadas pelo TCE-ES a Prefeitura de Domingos Martins.	- Processo TC nº 2645/2017 e demais documentos relacionados.	- Processo TC nº 2645/2017 e demais documentos relacionados.
3.16	Sobre a implantação da Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021	- Lei nº 14.133/2021; - Revogação das Leis nº 8.666/1993), Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11); - Processos de aquisição e contratação.	- Lei nº 14.133/2021;	Acompanhamento do atendimento às disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, de 01/04/2021	- Adequação aos procedimentos; - Regulamentação; - Processos de aquisição e contratação.	- Adequação aos procedimentos; - Regulamentação; - Processos de aquisição e contratação.

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

Tabela 2: Achados e proposições relacionados às temáticas avaliadas pelo Controle Interno de Domingos Martins no exercício de 2023.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.1	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, analisando as demandas de publicação e atualização dos dados disponibilizados.</p> <p>No decorrer de 2023 a Prefeitura de Domingos Martins passou por 02 avaliações de entidades/órgãos externos, a ONG Transparência Capixaba e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:</p> <p>a) Avaliação do Índice de Transparência e Governança Pública – ONG Transparência Capixaba: Implementações no site oficial e Portal da Transparência com a disponibilização de acesso a links e documentos anteriormente não disponibilizados. Índice alcançado 95,0 (ótimo)</p> <p>Para os municípios que alcançaram a avaliação "ótimo", a instituição "ES em Ação", junto a Transparência Capixaba, concederam selo conforme a quantidade</p>	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência no exercício 2023 e conduziu as análises e implementações necessárias conforme as Avaliações realizadas. Foram notificados os setores responsáveis pelas inconsistências verificadas, bem como a empresa responsável pela gestão e manutenção do Portal e disponibilização dos menus de informação, para que providenciasse as correções e melhorias devidas.</p>	<p>a) Regular; b) Regular;</p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>de itens atendidos em nova avaliação: Selo alcançado: Diamante.</p> <p>b) Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo: regularização na publicação de documentos no Portal da Transparência.</p> <p>Índice alcançado pela Prefeitura: selo prata 76,38%.</p> <p>Ainda sobre transparência, a Controladoria organizou evento de capacitação para os servidores municipais de Domingos Martins e de municípios vizinhos com o tema “Ética, Controle e Transparência na Administração Pública Municipal”, em fevereiro de 2023.</p>		
3.2	<p>No que se refere a Ouvidoria Municipal, foram observados os seguintes trabalhos:</p> <p>a) Acompanhamento permanente do Sistema Online de Ouvidoria (FalaBR);</p> <p>b) Acompanhamento da Ouvidoria Física Interna, nas dependências da Controladoria, e da Ouvidoria Física Externa, nas dependências da Gerência de Informática, sob responsabilidade do Ouvidor;</p> <p>c) Notificações formais às Secretarias Municipais, em função do não cumprimento dos prazos previstos para respostas às manifestações da Ouvidoria;</p> <p>d) Elaboração e Publicação do Relatório de gestão da Ouvidoria Online e Física – ano de 2023, conforme determinado na Legislação Federal e no Decreto Normativo Municipal nº 3.392/2019.</p>	<p>O Controle Interno da Prefeitura realiza o acompanhamento ao sistema de Ouvidoria, auxiliando na resolução de pendências e na implantação dos projetos pendentes.</p> <p>Para 2024 a Controladoria priorizará a concretização do projeto de ouvidoria itinerante, com a finalidade de divulgação e expansão da Ouvidoria, a disponibilização de “Caixas de Sugestão” ou “Caixas de Ouvidoria” nas dependências dos prédios públicos, unidades escolares e nas unidades de saúde.</p>	<p>Esta temática está regular quanto às exigências legais, encontrando-se apenas em processo de aperfeiçoamento funcional.</p>
3.3	<p>Ação preventiva sobre a avaliação com cautela dos prazos dos contratos administrativos firmados pela prefeitura de Domingos Martins, para que a vigência dos mesmos esteja adstrita a do crédito orçamentário, conforme exigência das legislações pertinentes, bem como que só permitam sua prorrogação nos casos expressamente autorizados nos respectivos instrumentos legais.</p>	<p>A Controladoria emitiu a Recomendação Técnica nº 001/2023, orientando o Gestor e as Secretarias envolvidas acerca da duração dos contratos administrativos referentes a compras e serviços realizadas, que não configuram serviço contínuo, que extrapolam o exercício financeiro.</p> <p>A Controladoria fundamentou-se na legislação vigente e em jurisprudências sobre o assunto, recomendando a análise dos contratos, no que concerne a classificação de serviço contínuo, e dos que não forem que obedeçam a duração dos créditos orçamentários, e caso sejam prorrogados que os valores sejam previstos para o próximo exercício através da inscrição em restos a pagar.</p>	<p>Concluído.</p>
3.4	<p>Ação preventiva sobre necessidade de se estabelecer termo formal para a cessão de servidores efetivos, bem como a avaliação das existentes, no que concerne, a obediência aos aspectos legais, em especial, a cessão de estagiários e de cargos comissionados.</p>	<p>A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 002/2023, com o intuito de orientar o Gestor e as secretarias envolvidas para que sejam avaliadas as cessões de servidores da Prefeitura de Domingos Martins para outros órgãos, para que sejam identificadas as circunstâncias envolvidas, bem como a existência de termo de cessão ou convênio formal, com critérios e prazos para a manutenção da cessão. Ademais, reforça-se a importância de se interromper cessões de estagiários e cargos comissionados conforme orientação</p>	<p>Concluído.</p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		de órgãos de controle, pois configuram concessão irregular.	
3.5	Ação preventiva quanto à realização de inventário dos bens móveis e imóveis, com periodicidade anual, através de levantamento junto às Secretarias da Prefeitura de Domingos Martins.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 003/2023 , com o intuito de recomendar que a Administração, junto a Gerência de Patrimônio, realize com periodicidade anual, o levantamento de bens móveis e imóveis da Prefeitura de Domingos Martins, junto às Secretarias Municipais, de forma a ser elaborado o Inventário Anual de bens, que comporá os Demonstrativos Contábeis da entidade, de forma a refletir fidedignamente os dados existentes, através da verificação, conferência e controle dos bens existentes e seu estado de uso.	Concluído.
3.6	Ação preventiva quanto à observância aos princípios da Eficiência e Economicidade no tocante à publicação da Média dos Preços estabelecida como referência para as aquisições realizadas pela Prefeitura de Domingos Martins, por meio de Licitações.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 004/2023 , <u>reforçando recomendações emitidas em anos anteriores</u> , com o intuito de orientar a Administração a permanecer não divulgando a média de preço junto ao instrumento convocatório, mesmo com a vigência da Lei nº 14.133/2021, com a devida justificativa no processo, de forma a diferir o fornecimento do preço de referência aos licitantes interessados para momento posterior a fase de lances, sem prejuízo ao princípio da isonomia, mas com o único intuito de resguardar o princípio da eficiência e da economicidade, obtendo maior competitividade nos processos aquisitivos e maiores reduções nos valores a serem pagos.	Concluído.
3.7	Ação preventiva sobre a realização de despesas sem prévio empenho.	A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 005/2023 , <u>reforçando recomendações emitidas em anos anteriores</u> , com o intuito de orientar acerca das disposições da Lei nº 4.320/1964, principalmente no que tange o art. 60, destacando o caráter obrigatório do prévio empenho, e ao estabelecer que "É VEDADA a realização de despesa sem prévio empenho". Dessa forma, toda e qualquer despesa pública só deverá ser realizada após regular empenho.	Concluído.
3.8	<p>Por meio da Inspeção nº 001/2023, buscou-se verificar a legalidade, a eficiência e a conformidade dos atos administrativos relacionados ao controle e ao registro de frequência dos servidores municipais da Prefeitura de Domingos Martins.</p> <p>Foram constatados os seguintes achados:</p> <p>a) Relatórios de frequência não emitidos, conferidos ou arquivados;</p> <p>b) Utilização de registros manuais;</p> <p>c) Inexistência de controle sobre horas extras e arquivamento de documentos comprobatórios;</p> <p>d) Ausência de normativo regulamentador do registro de frequência dos servidores;</p> <p>e) Sistema de ponto eletrônico ineficiente;</p> <p>f) Ausência de setor específico para gerenciamento da frequência dos servidores;</p> <p>g) Divergências no horário de efetivo</p>	<p>Com base no que foi realizado na Inspeção nº 001/2023, foram recomendadas em Relatório às Secretarias e setores envolvidos, as respectivas proposições:</p> <p>a) considerando a importância do registro de frequência para o servidor e a sua obrigatoriedade ante as previsões estatutárias, é fundamental que a Secretaria emita, confira, ateste e archive os relatórios de frequência dos seus servidores, pois refere-se a documento que ampara a liquidação da folha de pagamento dos mesmos. Ademais, não basta o registro por parte do servidor, o cumprimento legal do item se encerra com a sua aplicabilidade, devendo ser aferido para que o pagamento como contraprestação do serviço oferecido pelo colaborador fique comprovado.</p> <p>b) haverá indicação formal da Controladoria a toda a Administração para que elabore um modelo de documento para o registro manual da frequência dos servidores, quando necessário, de forma a padronizar os procedimentos inerentes a estas condutas. Ressalta-se que independente da existência desse modelo padrão e da realização de horas extras, o documento deve ser recebido, conferido e arquivado na secretaria mensalmente.</p> <p>c) recomendamos a Secretaria que mantenha o controle sobre as horas extras realizadas pelos servidores, garantindo que sejam emitidos os relatórios de frequência, comprovando as horas realizadas e atestadas pela chefia</p>	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>trabalho e seu cadastro no ponto eletrônico;</p> <p>h) Ausência de registro de frequência e ponto eletrônico sem registro;</p> <p>i) Falta de controle sobre os registros de frequência dos servidores cedidos;</p> <p>j) Carga horária exercida diferente da carga horária do cargo fixada em lei.</p>	<p>imediate, que é quem acompanha diretamente os serviços que são executados, e o correto arquivamento dos documentos.</p> <p>d) elaborar assim que possível instrução normativa ou decreto normativo sobre o controle e o registro de frequência dos servidores, de forma a uniformizar os procedimentos adotados pelas Secretarias na Prefeitura, inserindo, por exemplo, modelos de folhas de ponto manual, de forma que se utilize em todas o mesmo documento.</p> <p>e) é fundamental que a Administração avalie a importância de se contratar um novo sistema para controle e registro de frequência, que permita não apenas o cômputo dos horários de entrada e saída dos servidores, mas que seja um verdadeiro mecanismo de gerenciamento dos servidores por parte das secretarias, auxiliando no acompanhamento da assiduidade dos mesmos, com a possibilidade de apresentar, via sistema, justificativas à sua frequência, ajustes de jornada, entre outros, de modo a atender de fato as necessidades da Administração Pública Municipal.</p> <p>f) estruturar um setor específico para dispor sobre o controle e o acompanhamento da frequência dos servidores, devendo gerenciar os sistemas de registro eletrônico de ponto, atual e o que vier a surgir, dispondo sobre orientações padrões e gerais de como as secretarias devem proceder no gerenciamento dos seus servidores.</p> <p>g) É importante que a Secretaria solicite o cadastro do servidor no relógio de ponto eletrônico, de forma a representar com fidedignidade o horário de efetivo exercício do mesmo. Caso haja necessidade superveniente de mudança no horário por demanda do serviço ou do próprio servidor que haja requerimento formal solicitando e autorizando, bem como modificação do registro no ponto eletrônico.</p> <p>h) é fundamental que a Secretaria oriente todos os servidores a registrarem sua frequência, seja por meio eletrônico ou manual, bem como que emita, confira, ateste e archive os relatórios de frequência dos seus servidores, pois refere-se a documento que ampara a liquidação da folha de pagamento dos mesmos.</p> <p>i) é fundamental que a Secretaria oriente todos os servidores a registrarem sua frequência, seja por meio eletrônico ou manual, bem como que emita, confira, ateste e archive os relatórios de frequência dos seus servidores, destaca-se ainda que é de extrema importância a formalização das cessões de servidores, quando possível, e a extinção das irregulares, dado que se trata de uma das condições para o envio mensal do registro de frequência dos servidores pelos órgãos, para que possa ser aferido pela Secretaria.</p> <p>j) é de extrema necessidade que seja regularizado o cumprimento da carga horária realizada pelos servidores da área, considerando que atualmente não há respaldo em legislação ou regulamento municipal para o cumprimento de jornada reduzida, tampouco a ausência de registro de frequência pelos servidores, que conforme orientado anteriormente, pode ser realizado através de registro manual caso não adotado o ponto eletrônico no local.</p> <p>Após envio dos Relatórios a cada Secretaria, foi realizada reunião com os responsáveis e elaborado Manual de Orientações sobre Atos de Pessoal com orientações</p>	

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		<p>sobre o controle e registro de frequência.</p> <p>Foi publicada a Instrução Normativa SRH nº 10/2023 – Versão 01, em 31/07/2023, que dispõe sobre o horário de funcionamento, jornada de trabalho, controle e registro de frequência dos servidores municipais de Domingos Martins.</p>	
3.9	<p>Por meio de procedimento de Acompanhamento de Auditoria, buscou-se verificar as ações e procedimentos adotados pelas Secretarias Municipais após a Auditoria nº 001/2019, com o objetivo de avaliar a conformidade e a eficiência do Município de Domingos Martins no que concerne aos mecanismos de contratação, fiscalização e realização dos abastecimentos dos veículos da frota municipal, diante das recomendações emitidas em relatório.</p> <p>Foram constatados os seguintes achados:</p> <p>a) Ausência de necessidade de realização de processo licitatório individualizado para Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde – NÃO ATENDIDO</p> <p>b) Ausência de justificativa para a exigência de número mínimo de postos credenciados – NÃO ATENDIDO</p> <p>c) Ausência de instrução processual completa:</p> <p>I - Ausência de apresentação da garantia no processo da saúde – NÃO ATENDIDO</p> <p>II - Prorrogações sucessivas sem comprovação da efetiva vantajosidade da continuidade da contratação – NÃO ATENDIDO</p> <p>III - Ausência da Ordem de Serviço – NÃO ATENDIDO</p> <p>d) Inconsistências na execução dos pagamentos:</p> <p>I - Datas das emissões das notas fiscais não condizentes com o solicitado no Termo de Referência – NÃO ATENDIDO</p> <p>II - Descrição do objeto contratado na Nota Fiscal – ATENDIDO</p> <p>III - Instrução do pagamento quanto à emissão das certidões de regularidade fiscal e trabalhista – ATENDIDO EM PARTES</p> <p>IV - Instrução do pagamento quanto à existência de documentos comprobatórios da realização dos abastecimentos – ATENDIDO</p> <p>V - Ausência de documentação considerada obrigatória pelo edital a ser anexada a cada pagamento –</p>	<p>Com base no que foi realizado no Acompanhamento, foram recomendadas em Relatório as respectivas proposições:</p> <p>a) que seja realizado apenas 1 processo licitatório, quando possível, considerando tratar-se do mesmo objeto, com o intuito de redução de custos para a Administração Pública Municipal na elaboração de 2 processos. Entende-se que após o processo, deve-se separar os contratos e sua gestão.</p> <p>b) para as próximas licitações orienta-se, novamente, que não seja exigido número mínimo de postos credenciados como critério para a participação das empresas no processo licitatório, a menos que haja comprovação da necessidade desta quantidade específica de postos em determinado local, por meio de histórico anterior de abastecimentos do órgão, pois esta colocação restringe a competitividade do certame.</p> <p>c) I - em cumprimento à cláusula do instrumento convocatório sobre a obrigatoriedade de apresentação de garantia, sugere-se que seja verificada a existência da mesma para o Contrato nº 008/2021 (FMS), inserindo-a no processo, caso existente. Ademais, deve-se observar se as garantias estão sendo renovadas a cada prorrogação contratual, considerando sua validade, dado que se renova a íntegra do valor a ser executado no próximo ajuste, e que também deve estar coberto por garantia.</p> <p>II - a Controladoria sugere que as novas prorrogações contratuais, se existentes, sejam devidamente fundamentadas e comprovadas no processo, em especial, pela realização de nova pesquisa de mercado que justifique a vantajosidade da permanência do contrato em vigor, em detrimento da realização de nova licitação, em obediência aos princípios da Administração Pública;</p> <p>III - Que nos próximos processos licitatórios seja emitida a Ordem de Serviço, em obediência aos atos normativos existentes, ou em caso de desnecessidade da mesma, que sua previsão não seja inserida no Termo de Referência.</p> <p>d) I - entende-se que não há critério específico para se impor essa demanda, é possível garantir um prazo razoável para a apresentação da nota, de forma que possa ser cumprido pela empresa e exigido pela Prefeitura, devendo ser ajustado para uma próxima contratação, de forma a atender a realidade prática do objeto em questão.</p> <p>II - avaliar a necessidade de manter no Termo de Referência e no Contrato a obrigatoriedade de requerimento formal emitido pela empresa para a realização do pagamento, porém enquanto a mesma estiver prevista entende-se que deve ser cumprida, para a adequada instrução contratual. Já sobre a inclusão de todas as certidões a cada pagamento, orientamos manter a conduta.</p> <p>f) I e II - Entende-se necessário reforçar junto as secretarias a importância da entrega mensal dos mapas diários e sua adequada conferência, considerando tratar-se de documento público de controle da frota municipal e que deve ser preenchido e arquivado corretamente conforme a</p>	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>ATENDIDO</p> <p>e) Fragilidade no controle e fiscalização dos abastecimentos – ATENDIDO</p> <p>f) Comparação do relatório de abastecimento com os mapas diários dos veículos:</p> <p>I - Necessidade de cobrança efetiva e regular do preenchimento e da entrega mensal dos mapas diários de todos os veículos sob sua responsabilidade;</p> <p>II - Arquivamento regular em pasta própria, para a execução do controle adequado dos deslocamentos e abastecimentos dos veículos de sua competência, sob pena de responsabilização funcional dos servidores envolvidos.</p> <p>g) Dos questionários aplicados:</p> <p>I - Ausência de prazo padrão para a entrega dos cupons pelas Secretarias;</p> <p>II - Conferência do relatório de abastecimentos com os cupons emitidos pelos postos e com o mapa diário, bem como a cobrança desses documentos pelas Secretarias;</p> <p>III – Permissão de abastecimento em galões;</p> <p>IV – Ausência de autorização formal para a realização de deslocamentos e consequentemente abastecimentos nos finais de semana e feriados;</p> <p>V – Utilização de veículos adquiridos ou mantidos com recursos específicos em outras atividades, que não as legalmente permitidas;</p> <p>VI – Guarda de veículos oficiais da Prefeitura de Domingos Martins na residência dos servidores responsáveis pelos mesmos;</p> <p>VII – Estratégias para a economia de combustível (postos mais baratos, menos distantes, combustíveis menos específicos);</p> <p>VIII – Ausência de ato para normatizar e padronizar os procedimentos de abastecimento dos veículos oficiais - ATENDIDO.</p> <p>h) Novo Achado – Veículos oficiais utilizados em atividades particulares</p>	<p>Tabela de Temporalidade aplicável. Esses documentos amparam o emprego dos recursos públicos nas ações da Administração Pública, de forma que seu preenchimento e entrega devam ser obrigatório</p> <p>g) I e II - Foi elaborada a Instrução Normativa STR nº 001/2014 – versão 02, que estabeleceu regras gerais para a entrega dos cupons para o abastecimento dos veículos de propriedade da Prefeitura de Domingos Martins, bem como sobre a obrigatoriedade de cobrança, entrega, conferência e adequado arquivamento dos relatórios e cupons de abastecimento e dos mapas diários dos veículos, sob pena de responsabilização funcional dos agentes envolvidos. Entende-se que é relevante reforçar a divulgação do instrumento normativo citado anteriormente para que as secretarias tentem se adequar aos procedimentos regulamentados, criando um padrão interno.</p> <p>Item III – Sugere-se a proibição da aquisição de combustível por meio de galões, nos postos, devido à dificuldade de estabelecer controle efetivo quando adotada esta conduta. Dessa forma, é necessário criar um procedimento alternativo para a realização dos abastecimentos nos casos citados pelas secretarias, com o intuito de favorecer o adequado e regular acompanhamento dos mesmos.</p> <p>Item IV – Considerando que nas Secretarias, a maioria das atividades é realizada nos dias e horários de expediente normal, excetuando-se alguns poucos casos, seria de fundamental importância a criação de mecanismo de autorização formal do Secretário da pasta, por meio de documento específico para a saída de veículos oficiais da Prefeitura de Domingos Martins em finais de semana e feriados.</p> <p>Item V – A Controladoria recomenda que os veículos adquiridos e mantidos com recursos específicos e vinculados, sejam utilizados exclusivamente para atividades inerentes a aplicação destes recursos, com base nas legislações pertinentes.</p> <p>Item VI – A Controladoria orienta que as Secretarias evitem a prática de guardar os veículos na residência dos servidores diretamente responsáveis pela utilização dos mesmos em seus serviços diários. Nos casos, em que esta conduta mostre-se realmente necessária, que seja providenciado, indispensavelmente o preenchimento do Termo de Autorização para Guarda de Veículo Oficial na Residência do Servidor (Anexo III da IN STR nº 001/2014 – versão 02), que corresponde a documento que autoriza formalmente esta conduta, pelo Secretário, junto ao Servidor responsável pela guarda, de forma a respaldar os agentes, no que concerne aos riscos envolvidos na adoção deste procedimento.</p> <p>Item VII – Entende-se ser necessário fortalecer a implantação e cumprimento das cotas mensais de combustíveis para todas as Secretarias, bem como o grupo de agendamento de veículos, para promover a conscientização e racionalização do uso de combustível. Além disso, é importante que as Secretarias adotem outras estratégias internas e efetivas, conforme sua realidade, para estimular os servidores a adotarem posturas de aproveitamento adequado dos recursos públicos.</p> <p>h) Apurar e interromper de imediata a utilização do veículo oficial para a realização de atividades particulares, promovendo a investigação e a responsabilização dos agentes envolvidos, considerando o dano ao erário proporcionado pelo uso irregular dos recursos públicos.</p>	

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.10	Da análise dos pontos de controle selecionados da IN 68/2020 do TCEES, os achados foram disponibilizados no RELUCI.	As proposições ou alertas foram disponibilizados no RELUCI, referente ao ano de 2023.	Regular.
3.11	Ausência de Normatização dos procedimentos de alguns Sistemas da Prefeitura, bem como existência de procedimentos regulamentados que se encontravam desatualizados.	<p>A Controladoria, em parceria com os Sistemas instituídos na Prefeitura de Domingos Martins, providenciou a atualização das seguintes Instruções Normativas existentes:</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SMA – Sistema de Meio Ambiente Nº 002/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no requerimento de transferência de titularidade dos processos de licenciamento ambiental emitidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Domingos Martins (Decreto Normativo Municipal nº 4.225/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos Nº 008/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre as rotinas e procedimentos para a apresentação de atestados de perícia médica no âmbito da Prefeitura de Domingos Martins (Decreto Normativo Municipal nº 4.375/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos Nº 009/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da prefeitura de Domingos Martins (Decreto Normativo Municipal nº 4.377/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SMA – Sistema de Meio Ambiente Nº 003/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental da atividade de Desmembramento e os procedimentos a serem adotados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Domingos Martins (Decreto Normativo Municipal nº 4.392/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI – Sistema de Controle Interno Nº 010/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre a aplicação de sanções às empresas licitantes ou contratadas, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Domingos Martins (Decreto Normativo Municipal nº 4.395/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos Nº 010/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre o horário de funcionamento, jornada de trabalho, controle e registro de frequência dos servidores municipais de Domingos Martins. (Decreto Normativo Municipal nº 4.396/2023).</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SMA – Sistema de Meio Ambiente Nº 004/2023 – Versão 01 – que dispõe sobre os formulários utilizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Domingos Martins para os processos de Licenciamento Ambiental Simplificado e Geral (Decreto Normativo Municipal nº 4.398/2023).</p> <p>E providenciou a elaboração das seguintes Instruções Normativas novas:</p> <p>- INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 006/2023 (Decreto Normativo nº 4.405/2023) – Dispõe sobre a concessão e distribuição de insumos de</p>	Regular.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		<p>automonitoramento glicêmico para pacientes residentes no Município.</p> <p>– INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 007/2023 (Decreto Normativo nº 4.416/2023) - Dispõe sobre a concessão e distribuição de insumos para auxílio no autocuidado em feridas nos pacientes residentes no município.</p> <p>– INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP – Sistema de Saúde Pública Nº 008/2023 (Decreto Normativo nº 4.451/2023) - Dispõe sobre o descarte de medicações vencidas ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, após o descarte pelos estabelecimentos de serviços de saúde públicos e privados no município.</p> <p>– INSTRUÇÃO NORMATIVA SCS – Sistema de Comunicação Social Nº 002/2015 – VERSÃO 02 (Decreto Normativo Nº 4.463/2023) - Dispõe sobre procedimentos para a divulgação de campanhas e publicações institucionais do Poder Executivo do município de Domingos Martins.</p>	
3.12	<p>Encerramento do Programa TIME BRASIL – Controladoria Geral da União – CGU</p> <p>O Município de Domingos Martins, através da Controladoria e da Ouvidoria, aderiu ao Programa TIME BRASIL, desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) para auxiliar os estados e municípios no aprimoramento da gestão pública e no fortalecimento do combate à corrupção, possuindo três critérios Transparência, Integridade e Participação. Foi estabelecido Plano de Ação que sofreu alterações ao decorrer do período de execução, tendo sido finalizado com um total de 21 itens, devidamente aprovados pela CGU e publicados no Portal da Transparência de Domingos Martins:</p> <p>- Transparência:</p> <p>a) T1.1 – O ente nomeou e divulgou o nome da autoridade responsável pela implementação da LAI?</p> <p>b) T1.2 – O ente disponibiliza em seu site os serviços oferecidos ao cidadão, relacionados às áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, pelo menos?</p> <p>c) T1.3 – O ente realiza processo seletivo formal e transparente para seus cargos, com divulgação dos editais e resultados, inclusive para os cargos de direção e/ou cargos considerados vulneráveis à fraude e corrupção?</p> <p>d) T2.1 – O ente possui regulamentação da divulgação das agendas diárias das autoridades?</p> <p>e) T2.2 – O ente divulga em seu site a agenda de trabalho, reuniões, viagens e eventos das autoridades de primeiro e segundo escalões, com a indicação do seu objeto, horário, local e participantes?</p> <p>f) T3.1 – O ente regulamentou sua Política de Dados Abertos?</p> <p>g) T3.2 – O ente estabeleceu Plano de Dados Abertos?</p>	<p>A Controladoria finalizou a implementação dos itens do Plano de Ação firmado no Programa Time Brasil.</p>	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>h) T3.3 – O ente divulgou seu catálogo de dados abertos?</p> <p>- Integridade:</p> <p>a) I1.1 – Existe acesso e atualização do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)?</p> <p>b) I1.2 – A comissão de ética é formalmente constituída? Ela possui estrutura adequada para atuação?</p> <p>c) I1.3 – Existe regulamentação local que proíba o nepotismo?</p> <p>d) I1.4 – As situações que caracterizem conflitos de interesses estão previstas nos códigos de ética e de conduta dos servidores públicos ou em outra legislação?</p> <p>e) I2.1 – Existe algum levantamento dos riscos em processos administrativos sensíveis a fraude e corrupção, com a implementação ou reavaliação de controles internos para redução dos riscos avaliados?</p> <p>f) I2.2 – Há uma metodologia e plano de ação para gestão de riscos de fraude e corrupção?</p> <p>g) I2.3 – Existe um núcleo de gestão de riscos e uma instância supervisora para monitorar riscos e controles?</p> <p>h) I2.4 – Existe um Manual de Gestão de Transferências Voluntárias, ou documento equivalente, que estabelece os procedimentos necessários à celebração, execução e prestação de contas dos ajustes celebrados com a União?</p> <p>i) I2.5 – São realizados treinamentos regulares de servidores acerca de seu regime jurídico, direitos e proibições?</p> <p>j) I2.6 – Existe algum sistema informatizado para controle de processos e penalidades cometidas por agentes públicos?</p> <p>- Participação:</p> <p>a) P2.1 – O ente promove capacitação para a sociedade civil em temas de controle interno?</p> <p>b) P2.2 – O ente promove atividades educativas sobre transparência, ética, cidadania e controle social voltadas ao público em geral e específicas ao público infanto-juvenil?</p> <p>c) P2.3 – O ente realiza campanhas educacionais e publicitárias, treinamentos e capacitações para os servidores e comunidade local sobre transparência e o direito de acesso à informação?</p>		
3.13	A partir da disponibilização contínua do questionário online de Avaliação de Serviços Públicos no site da Prefeitura e as respostas obtidas da população, observou-se após a análise dos dados coletados, que houve uma melhora dos	A Controladoria elabora semestralmente os Relatórios de Avaliação dos Serviços Públicos, que foram publicados no Portal da Transparência do município, com a apuração dos resultados obtidos.	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	resultados entre os semestres, de forma que os serviços estão, em geral, sendo avaliados como bons ou adequados.		
3.14	Avaliação e início da elaboração dos instrumentos de planejamento, sendo eles o Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), por meio da utilização de Matriz de Risco.	- A Controladoria iniciou a elaboração dos instrumentos de planejamento para o exercício 2024, com base em todas as informações coletadas, sendo estes: a) Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI); b) Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI).	Regular.
3.15	<p>Sobre a auditoria das receitas tributárias realizada no município de Domingos Martins, em 2017, o TCE-ES determinou que o Município de Domingos Martins encerrasse a concretização das atividades previstas no Plano de Ação até 30/06/2021, no qual foi encaminhado Relatório de Acompanhamento para a Corte, com os resultados obtidos. Logo após, por meio de Decisão da Corte o processo de fiscalização foi arquivado, constando em documento que o município encaminhou os documentos solicitados, e que novo monitoramento seria realizado em nova fiscalização do TCEES. Mesmo assim, foi realizado acompanhamento em 2023 pelo Controle Interno para verificar as ações que haviam ficado pendentes, e em contato com a Secretaria da Fazenda, nos foi informado as seguintes situações:</p> <p>a) ITEM 2.7 – Não Provimento dos Cargos Efetivos de Procurador Municipal Foi contratada empresa para realização do concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de vagas, dentre as quais, a de Procurador Municipal.</p> <p>d) ITEM 2.8 – Ausência de Regulamentação da Administração Tributária Aprovação da nova Estrutura Administrativa da Prefeitura, através da Lei Complementar nº 62/2023.</p> <p>e) ITEM 2.13 – Irregularidades nos Procedimentos Fiscalizatórios de Maximização da Arrecadação Quanto a inexistência de procedimentos fiscalizatórios de instituições bancárias, construção civil e tomadores de serviços, o item permanece não implementado, apesar das capacitações que ocorreram em outros exercícios. A Secretaria informou que a normalização das atividades fiscais está condicionada ao provimento de cargos do quadro de fiscais de tributos, para o atendimento das demandas de fiscalização do ISSQN. Foi contratada empresa para realização do concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de</p>	<p>Sobre as ações previstas no plano que encontravam-se pendentes, segue abaixo a situação acerca da implementação e, respectivas proposições:</p> <p>a) ITEM 2.7 – Não Provimento dos Cargos Efetivos de Procurador Municipal Foi contratada empresa para realização do concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de vagas, dentre as quais, a de Procurador Municipal. O provimento das vagas está previsto para 2024.</p> <p>d) ITEM 2.8 – Ausência de Regulamentação da Administração Tributária Aprovação da nova Estrutura Administrativa da Prefeitura, através da Lei Complementar nº 62/2023.</p> <p>e) ITEM 2.13 – Irregularidades nos Procedimentos Fiscalizatórios de Maximização da Arrecadação Com a aprovação da Reforma Administrativa, através da Lei nº 3055/2022, de 19/05/2022, que trata do novo Plano de Carreira dos servidores municipais, foi contratada em 2023 empresa para realização do concurso público visando o provimento de cargos de âmbito geral, para suprimimento de vagas, dentre estas, as de Auditor Fiscal de Tributos Municipais. O provimento das vagas está previsto para 2024.</p>	Situações a, b e c – Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	vagas, dentre estas, as de Auditor Fiscal de Tributos Municipais.		
3.16	<p>Participação na elaboração de minutas de regulamentações da Nova Lei de Licitações, sendo estas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto Normativo Municipal nº 4.339/2023 – Regulamenta o artigo 18, inciso I da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, no âmbito do Município de Domingos Martins – ES. - Decreto Normativo Municipal nº 4.393/2023 – Regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do município de Domingos Martins. - Decreto Normativo Municipal nº 4.395/2023 – Aprova a Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno – SCI nº 010/2023 – versão 01, que dispõe sobre a aplicação de sanções às empresas licitantes ou contratadas, no âmbito do poder executivo municipal de Domingos Martins. - Organização de capacitações internas sobre a Nova Lei de Licitações, com os temas Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, participando da elaboração dos modelos destes documentos a serem utilizados de forma padronizada pela Administração Pública municipal. 	Não houve proposições pela Controladoria.	Concluído

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG¹

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial no exercício de 2023, na Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Domingos Martins, 25 de março de 2024.

Márcia d'Assumpção

Controladora Geral

Franciele Luzia Holz

Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640

¹ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.